





<b>3.7</b>	<b>ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.8</b>	<b>TERCEIRIZADOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.9</b>	<b>CEDIDOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>04</b>
Francisca Silvana de Souza Palacio	efetivo	Auxiliar Administrativo	40720
Vicente Delzimar de Lima Brasil	efetivo	Auxiliar Administrativo	42663
Luzia Conrado de Souza	efetivo	Auxiliar Administrativo	-
José Mateus Palácio	efetivo	Auxiliar Administrativo	-
<b>3.10 CARGOS EM COMISSÃO</b>			
Olga Chaves Magalhães	Assistente		40829
Maria Helionilda Lucas Bezerra	Supervisora		207

<b>4 DO PROMOTOR DE JUSTIÇA</b>	
Nome: Hebert Gonçalves Santos	( ) Titular (X) Respondendo
Responde por outras Comarcas? (X) Sim ( ) Não	Quais? Juizado Especial de Icó

<b>5 DO DEFENSOR PÚBLICO</b>
Não há

<b>6 DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b>
Comarca de Vara Única
(X) Vara Única

<b>7 DO ACERVO PROCESSUAL</b>		
Acervo atual	3636	
Acervo na última inspeção realizada pela CGJ/CE	2762	
Data da Inspeção: 24/08/2017		Nº CPA: 8503865- 19.2017.8.06.0026
( ) Diminuiu (X) Aumentou	Diferença:	874
Tramitação Processual ( ) Físico ( ) Digital (X) Físico/Digital		

<b>8 DA PRODUTIVIDADE</b>		
<b>DADOS DO MAGISTRADO</b>		
<b>8.1 Produtividade da unidade nos últimos 12 meses (conforme lista anexa)</b>		
Item	Quantidade Total	Média Mensal
Sentenças	854	71,17
Acordos	108	9
Decisões	866	72,17
Audiências	514	42,83
Despachos	2635	219,58
<b>DADOS DA UNIDADE – dados extraídos do dia 20 de agosto de 2020</b>		

<b>8.2 Gestão de desempenho (Ano: 2020)</b>		
Processos novos		501
Processos pendentes de julgamento		3201
Processos julgados		810
Processos pendentes de baixa		3636
Processos baixados		753
<b>8.3 Gestão do acervo (Mês: agosto /Ano: 2020)</b>		
Processos conclusos para Sentença		347
Processos julgados e não baixados		435
Processo Suspenso		117
Processos Reativados no mês		1
Processos Transitados no mês		93
Processos em grau de recurso no mês		18
Processos remetidos a outro foro no mês		1
Processos arquivados definitivamente no mês		82
Processos entrados no mês		79
Processos julgados no mês		164
<b>8.4 Processos prioritários (conforme listas anexas)</b>		
Idoso	Pendente de Julgamento	503
	Pendente de Baixa	598
Réu Preso	Pendente de Julgamento	57
	Pendente de Baixa	64
Doença Grave	Pendente de Julgamento	5
	Pendente de Baixa	5
Menor	Pendente de Julgamento	3
	Pendente de Baixa	4
Cirurgia, Leito Hospitalar e Medicamentos	Pendente de Julgamento	1
	Pendente de Baixa	1
Idoso/Réu Preso	Pendente de Julgamento	0
	Pendente de Baixa	1
<b>8.5 Processos paralisados há mais de 100 dias</b>		
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias		680
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias		212
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias		35
Total		927
<b>8.6 Gestão de Tempo e Qualidade</b>		
Índice de processos com assunto cadastrado		100%
Índice de conformidade de classe (CNJ)		100%

<b>9 DOS PROCESSOS JUDICIAIS</b>		
<b>9.1 VISÃO GERAL</b>		
<b>9.1.1 Processos Conclusos</b>		
Para Despacho		1025
Para Decisão Interlocutória		76
<b>9.1.1 Liminares Pendentes de Análise</b>		
Quantidade de Liminares Pendentes de Análise		0
É feito algum controle em processos em que é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?		(X) Sim ( ) Não
Como é feito esse controle? Após a manifestação da parte contrária, o processo volta concluso para apreciação do juízo, na fila do SAJPG “concluso urgente”. O controle é feito pela referida fila, bem como por apontamento no grupo do whatsapp para comunicação entre o Gabinete e a Supervisora da unidade		
<b>9.1.2 Custas Finais</b>		

Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	(X) Sim ( ) Não
Como é feito? Após o decurso do prazo de quinze dias para pagamento das custas processuais, contado a partir do trânsito em julgado da sentença, é expedido ofício para Procuradoria Geral do Estado do Ceará, requerendo a inscrição do débito na Dívida Ativa.	
<b>9.2 DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO NA UNIDADE</b>	
<b>9.2.1 Processos Cíveis</b>	
Mandados de Segurança	12
Ações Cíveis Públicas	9
Ações de Improbidade Administrativa	40
<b>9.2.2 Tribunal Popular do Juri</b>	
Total de Processo de competência do Tribunal do Juri	109
Juris realizados nos últimos 12 meses	3
Juris pendentes de realização	0
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	7
Processos inseridos na Meta ENASP	26
<b>9.2.3 Execução Penal ou Condições Estabelecidas no Juizado Especial Criminal</b>	
Cumprimento em Regime Fechado	0
Cumprimento em Regime Semiaberto	19
Cumprimento em Regime Aberto	6
<b>9.2.4 Infância e Juventude</b>	
Total de processos relacionado ao Estatuto da Criança e do Adolescente	67
Total de processos de apuração de Ato Infracional	71
Total de processos de execução de medida socioeducativa	12

<b>10 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS</b>	
<b>10.1 Processos Administrativos contra Serventias Extrajudiciais</b>	
Nada consta	
<b>10.2 Processos com Representação</b>	
Nada consta	

<b>11 DOS PROCEDIMENTOS</b>	
<b>11.1 Visão Geral</b>	
Entrados no Mês	38
Arquivados	64
<b>11.2 Procedimentos Investigatórios</b>	
Pendentes	394
<b>11.3 Cartas Precatórias</b>	
Pendentes	23

<b>12 DAS AUDIÊNCIAS</b>	
<b>12.1 Produtividade nos últimos 12 meses</b>	
Total de audiências agendadas	640
Total de audiências realizadas	515
Audiências não realizadas	96
Audiências canceladas/redesignadas	9
<b>12.2 Situação geral</b>	
Processos aguardando a designação de audiências	263
Processos aguardando a realização de audiência	175
Audiência designada com a data mais distante	02/09/2020

<b>13 DO GERENCIAMENTO DA UNIDADE</b>	
---------------------------------------	--

<b>Gestão de Processo de Trabalho</b>	
Como é feita a abertura de Malote Digital?	(X) servidor específico ( ) revezamento
Como é feita a abertura de e-mail institucional?	(X) servidor específico ( ) revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	(X) sim ( ) não
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	(X) sim ( ) não

## 14 PROCESSOS INSPECIONADOS

### 14.1 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO

<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0006276-98.2016.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada em 15/09/2016. Feito paralisado desde 22/02/2019. À conclusão para impulso oficial.
0006102-55.2017.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada em 21/06/2017. Precatória encaminhada à Comarca de Fortaleza para citação do requerido, retornou sem o cumprimento. À conclusão.
0006632-59.2017.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada em 21/11/2017. Feito paralisado desde 22/03/2019. À conclusão para impulso oficial.
0010091-64.2020.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada em 28/02/2020. Processo ainda não despachado. À conclusão com a urgência que o caso requer.
0006453-28.2017.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada em 27/09/2017. Feito paralisado desde 22/03/2019. À conclusão para impulso oficial.
0006633-44.2017.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada em 21/11/2017. Feito paralisado desde 15/04/2019. À conclusão para impulso oficial.
0004514-18.2014.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Ressarcimento ajuizada em 23/10/2014. Feito paralisado desde 28/03/2018. À conclusão para impulso oficial.
0006452-43.2017.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada em 27/09/2017. Feito paralisado desde 22/03/2019. À conclusão para impulso oficial.
0006630-89.2017.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada em 20/11/2017. Feito paralisado desde 22/03/2019. À conclusão para impulso oficial.
0006631-74.2017.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada em 21/11/2017. Feito paralisado desde 12/08/2019. À conclusão para impulso oficial.

### 14.2 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DECISÃO

<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0050349-19.2020.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Inquérito Policial distribuído em 03/08/2020. Parecer do Ministério Público apresentado em 06/08/2020. À conclusão.
0050351-86.2020.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Denúncia contra três acusados pela suposta prática dos atos descritos no art. 171, 288 e 299 do Código Penal, apresentada em 07/08/2020. Aguardando recebimento da Denúncia. À conclusão.

0050356-11.2020.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Inquérito Policial distribuído em 03/08/2020. Parecer do Ministério Público apresentado em 06/08/2020. À conclusão.
0050312-89.2020.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Inquérito Policial distribuído em 22/07/2020. Parecer do Ministério Público apresentado em 06/08/2020. À conclusão.
0050047-87.2020.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Habeas Corpus distribuído em 17/01/2020. Sentença proferida em 24/08/2020.
0004127-37.2013.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Penal de Competência do Tribunal do Juri, distribuída em 17/06/2013. Feito paralisado desde 12/04/2018. À conclusão para impulso oficial.
0018149-90.2019.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Inquérito Policial distribuído em 20/11/2019. Parecer do Ministério Público apresentado em 08/01/2020. À conclusão.
0050352-71.2020.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Denúncia contra um acusado pela suposta prática dos atos descritos no art. 121, §2º, II e III do Código Penal, apresentada em 10/08/2020. Aguardando recebimento da Denúncia. À conclusão.
0004394-43.2012.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Denúncia contra um acusado pela suposta prática dos atos descritos no art. 12, da Lei nº 10.826/03, apresentada em 08/03/2013. Feito paralisado desde 08/01/2019. À conclusão para impulso oficial.
0006247-48.2016.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Denúncia contra um acusado pela suposta prática dos atos descritos no art. 14 e 16, da Lei nº 10.826/03, apresentada em 06/09/2016. Feito paralisado desde 16/09/2019. À conclusão para impulso oficial.
<b>14.3 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0003915-50.2012.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Embargos de Terceiro distribuídos em 04/04/2012. Feito paralisado desde 22/06/2018. À conclusão para impulso oficial.
0006552-95.2017.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Cautelar de Destituição do Poder Familiar distribuída em 08/11/2017. Feito paralisado desde 12/07/2019. À conclusão para impulso oficial.
0000117-71.2018.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Cobrança distribuída em 05/06/2018. Feito paralisado desde 18/10/2018. À conclusão para impulso oficial.
0003932-86.2012.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Cominatória distribuída em 23/04/2012. Feito paralisado desde 04/11/2016. Processo inspecionado em inspeção interna em 27/06/2017, mas sem determinações. À conclusão para impulso oficial.
0011360-12.2018.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica c/c Repetição de Indébito distribuída em 07/03/2018. Feito paralisado desde 18/09/2019. À conclusão para impulso oficial.
0011279-63.2018.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Divórcio Litigioso distribuída em 02/02/2018. Feito paralisado desde 25/02/2019. À conclusão para impulso oficial.
0005599-68.2016.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Reintegração de Posse distribuída em 08/01/2016. Feito paralisado desde 25/02/2019. À conclusão para impulso oficial.

0000653-97.2009.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer distribuída em 18/09/2009. Feito paralisado desde 29/06/2017. À conclusão para impulso oficial.
0004098-16.2015.8.06.0113	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer distribuída em 10/06/2015. Feito paralisado desde 24/07/2017. À conclusão para impulso oficial.

<b>15 PROCESSOS HÁ MAIS TEMPO SEM MOVIMENTAÇÃO</b>		
<b>Processo</b>	<b>Última movimentação</b>	<b>Movimentação</b>
0000326-89.2008.8.06.0113	28/11/2011	Juntada de documento
0000488-52.2007.8.06.0135	02/01/2012	Juntada de documento
0004603-75.2013.8.06.0113	16/12/2013	Concluso ao juiz
0004081-82.2012.8.06.0113	29/08/2016	Remessa dos autos pela distribuição
0000317-64.2007.8.06.0113	28/08/2017	Processo Reativado
0003835-23.2011.8.06.0113	28/08/2017	Reativação
0003984-14.2014.8.06.0113	28/08/2017	Reativação
0000832-16.2008.8.06.0000	22/09/2017	Recebimento
0000224-67.2008.8.06.0113	29/09/2017	Remetidos os Autos
0000660-26.2008.8.06.0113	29/09/2017	Remetidos os Autos

<b>16 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS</b>	
<b>16.1 Taxa de Congestionamento (Meta para 2020 é 70,8%)</b>	
Na última inspeção realizada pela CGJ/CE	-
2018	78,30%
2019	80,55%
2020	79,65%
<b>16.2 Índice de Atendimento à demanda – IAD (Meta para 2020 é 124%)</b>	
2018	66,69%
2019	48,76%
2020	150,30%
<b>16.3 Meta 1 (Meta para 2020 é maior que 100%)</b>	
2018	55,56%
2019	42,25%
2020	161,68%
<b>16.4 Meta 2 (Meta para 2020 é 80%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	692
Total de processos pendentes de julgamento	675
Total de processos julgados	17
2019 – Percentual de Atingimento	2%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2020	537
<b>16.5 Meta 4 (Meta para 2020 é 70%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	9
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	10
Total de processos julgados	-1
2019 – Percentual de Atingimento	-11%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2020	7
<b>16.6 Meta 6 (Meta para 2020 é 60%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	40
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	40
Total de processos julgados	0
2019 – Percentual de Atingimento	0%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2020	24
<b>16.7 Conciliação</b>	

Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2019	693
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2020, até o mês anterior em que a inspeção se realizou	0

17 DA VIDEOCONFERÊNCIA	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não
Possui sala específica para a videoconferência?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não
Já realizou audiência por videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não

18 NORMATIVOS IMPORTANTES	
Normativo	Conteúdo
Provimento nº 14/2019/CGJCE	Dispõe sobre os procedimentos relativos ao recambiamento de presos e a solicitação de escolta para acompanhar detentos a audiências dentro do Estado do Ceará.
Provimento Conjunto nº 02/2019/ PRES/CGJ-CE	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.
Provimento nº 01/2019/CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil.
Provimento nº 22/2018/CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.
Provimento nº 17/2018/CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei nº 16.397/2017, e da Recomendação CNJ nº 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.
Provimento nº 08/2018/CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízes com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.
Provimento nº 06/2018/CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.
Provimento nº 11/2017/CGJCE	Dispõe sobre a gestão e a fiscalização judiciárias exercidas pelos juízes criminais, em comarcas onde houver cadeias públicas passíveis de interdição.
Provimento nº 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.
Provimento nº 02/2017/CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juízes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
Provimento nº 05/2016/CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.

19 RECLAMAÇÕES/CONSTATAÇÕES	

<b>20 RECOMENDAÇÕES</b>	
<b>20.1</b>	<i>Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2020, com destaque para as Metas 2, 4 e 6</i>
<b>20.2</b>	<i>Inserir a tarja referente a feitos prioritários nos processos assim considerados, para facilitar a identificação e julgamento destes feitos;</i>
<b>20.3</b>	<i>Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados, principalmente naqueles paralisados por tempo demasiado, providenciando o devido impulso oficial;</i>
<b>20.4</b>	<i>Instituir rotina de cobrança de processos físicos com carga que tenham ultrapassado prazo razoável;</i>
<b>20.5</b>	<i>Providenciar impulso oficial mais célere às Cartas Precatórias,</i>
<b>20.6</b>	<i>Instituir rotina de cobrança de cartas precatórias, com o intuito de evitar que tais procedimentos fiquem paralisados no juízo deprecante;</i>
<b>20.7</b>	<i>Providenciar que os feitos prioritários recebam a devida atenção, fazendo-os tramitar em fluxo distinto das demais demandas judiciais;</i>
<b>20.8</b>	<i>Os processos de réus presos deverão ser impulsionados com a máxima celeridade, apreciando, ex officio, o excesso de prazo na formação da culpa, bem como proceder um controle de apenados nessa situação;</i>
<b>20.9</b>	<i>Realizar mutirões de audiências nos processos simples que possibilitam o julgamento em lote na própria audiência, como nos crimes de furto e porte de arma, o que pode incrementar a produtividade da unidade e abreviar a prestação jurisdicional.</i>
<b>20.10</b>	<i>Movimentar, no prazo de 90 (noventa) dias, todos os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias, comunicando o resultado à Corregedoria ao final deste prazo;</i>
<b>20.11</b>	<i>Apresentar um plano de ação para o julgamento dos processos que estão conclusos para sentença há mais de 100 dias;</i>
<b>20.12</b>	<i>Cobrar mandados aguardando cumprimento há mais de 45 dias,</i>
<b>20.13</b>	<i>Proceder o agendamento de data para realização das sessões do Tribunal do Júri nos processos que se encontram prontos para este fim</i>
<b>20.14</b>	<i>Proceder o agendamento de data para realização de audiências pendentes de designação;</i>
<b>20.15</b>	<i>Proceder a identificação e imediato impulso dos processos inseridos na Meta ENASP,</i>
<b>20.16</b>	<i>Proceder a identificação e imediato impulso oficial dos processos inseridos na Meta 8 do Conselho Nacional de Justiça</i>
<b>20.17</b>	<i>Expedir o atestado de pena a cumprir anualmente em todos os feitos, o que deve ocorrer até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, com sua respectiva entrega ao apenado, conforme determina o art. 12, III, da Resolução nº 113 do CNJ;</i>
<b>20.18</b>	<i>Analisar os pedidos de liminares pendentes de apreciação nos mandados de segurança em tramitação;</i>
<b>20.19</b>	<i>Atualizar o cadastro de Histórico de Partes do SAJ de todos os processos,</i>
<b>20.20</b>	<i>A Secretaria de Vara deverá providenciar o saneamento das listas processuais Sistema SEI, com o intuito de ele passe a refletir a real situação da unidade;</i>

<b>21 CONCLUSÃO</b>	
<p>Inspeccionando à Vara Única da Comarca de Jucás/CE, constatou-se, em geral, que a tramitação processual não está satisfatória.</p> <p>Em razão da pandemia COVID-19, não foi possível a inspeção presencial. A unidade está passando por procedimento de digitalização, contudo, o percentual virtual ainda é reduzido. Assim, o exame inspeccional focou mais nos dados estatísticos, que foram suficientes para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.</p>	

Passo a expor a situação verificada, no SISTEMA SAJPG, durante a análise por amostragem dos processos inspecionados.

Foram analisados os dois “**Processos com Representação por Excesso de Prazo**” na Corregedoria, sendo verificado que ambos possuíam movimentação recente.

Contatou-se na fila “**Concluído para Despacho**” a existência de diversos processos paralisados há mais de um ano. Destaque para o processo nº 0004514-18.2014.8.06.0113, que é uma Ação Civil Pública e está sem movimentação desde março de 2018.

Na fila “**Concluído para Decisão Interlocutória**” verificou-se que alguns feitos possuíam movimentação recente, no entanto, chamou atenção o processo nº 0004127-37.2013.8.06.0113, que é uma Ação Penal de Competência do Tribunal do Juri e está paralisada desde abril de 2018.

Chamaram atenção na “**Concluído para Sentença**” os processos nºs 0003932-86.2012.8.06.0113 (paralisado desde 2016), 0000653-97.2009.8.06.0113 e 0004098-16.2015.8.06.0113 (paralisados desde 2017).

Assim, podemos perceber que os feitos não estão sendo impulsionados a contento, existindo a necessidade de dar maior atenção a alguns pontos específicos.

O primeiro ponto diz respeito à quantidade de processos **paralisados há mais de 100 dias**. Conforme dados do sistema SEI (extraídos na data de 20/08/2020), a Vara Única da Comarca de Jucás possui 927 (novecentos e vinte e sete) processos nessa situação, o que corresponde a 25,49% do acervo.

Entendemos que a análise periódica de todo o acervo é dificultada pela grande quantidade de processos pendentes de baixa, no entanto a unidade deve empreender esforços para diminuir tal quantidade.

Outro ponto que a unidade precisa aprimorar diz respeito ao monitoramento das **Metas do CNJ**.

Em janeiro de 2020, a Vara Única da Comarca de Jucás a possuía 692 (seiscentos e noventa e dois) processos inseridos na **Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça**, dos quais, até o mês de julho, somente 17 (dezessete) foram sentenciados, restando o



Assim, é de bom alvitre que a unidade apresente um **plano de gestão para incrementar o número de julgamentos, principalmente nos feitos insertos na Meta 2, 4 e 6 do CNJ, bem como visando movimentar todos os processos que se encontram parados há mais de 100 dias**, de modo a possibilitar que, mesmo não sendo alcançada esta meta ao final do ano, pelo menos sejam feitos os esforços possíveis para se chegar o mais próximo de seu objetivo.

Portanto, constatou-se que, neste momento, não há falhas graves aptas a justificar o aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar. As irregularidades verificadas foram alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo-se, assim, ao desiderato maior da atividade pedagógica desta Corregedoria.

No entanto, deve a Vara Única da Comarca de Jucás deve ser monitorada por esta Corregedoria. O monitoramento do módulo judicial deverá ficar sob responsabilidade da Coordenadoria de Correição e Monitoramento desta CGJ/CE, que, ao final do prazo de 90 dias, emitirá relatório com os índices estatísticos da unidade judiciária, para fins de comparação com os dados colhidos por ocasião desta inspeção.

Por fim, foi entregue cópia deste relatório à magistrada, concedendo-lhe o prazo de 90 (cento e vinte) dias para cumprir as recomendações aqui pontuadas, comunicando a CGJ/CE as providências adotadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Fortaleza, 26 de agosto de 2020.

**FRANCISCO GLADYSON PONTES FILHO**

Juiz Corregedor Auxiliar